



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NA
AMAZÔNIA – CEEIA

PROJETO AFRO JC - POSSIBILIDADE DE PROMOÇÃO DA LEI
10.639/03 NA ESCOLA JACINTA CARVALHO – QUEBRANDO AS
AMARRAS DO RACISMO ESTRUTURAL.

SANTANA

2026

LUZIANE LEÃO MARQUES

WESLIANA TOLOSA DA SILVA

**PROJETO AFRO JC - POSSIBILIDADE DE PROMOÇÃO DA LEI
10.639/03 NA ESCOLA JACINTA CARVALHO – QUEBRANDO AS
AMARRAS DO RACISMO ESTRUTURAL.**

Artigo apresentado ao curso de Especialização
em Educação Intercultural na Amazônia –
CEEIA pela Universidade Federal do Amapá/
Campus Santana (UNIFAP/STN) como
requisito para obtenção do título de
Especialista.

Orientadora Profa. Ma. Alciléa Maria Ferreira
Rocha

SANTANA

2026

PROJETO AFRO JC – POSSIBILIDADE DE PROMOÇÃO DA LEI 10.639/03 NA ESCOLA JACINTA CARVALHO – QUEBRANDO AS AMARRAS DO RACISMO ESTRUTURAL.

Luziane Leão Marques¹
Wesliana Tolosa da Silva²
Alciléa Maria Ferreira Rocha³

RESUMO

A presente pesquisa destaca o Projeto Afro JC, desenvolvido há mais de três anos na Escola Estadual Jacinta Carvalho e incorporado ao calendário escolar da instituição. O projeto constitui uma importante estratégia pedagógica para a efetivação da Lei nº 10.639/03. A coleta de dados busca analisar e compreender os desafios enfrentados pela instituição quanto ao processo de construção do projeto, bem como, o impacto refletido na comunidade estudantil. A pesquisa também enfoca a trajetória do Movimento Negro Brasileiro no campo educacional, evidenciando como suas lutas e reivindicações contribuíram para a construção de políticas públicas e para a reorganização curricular voltada ao estudo das relações étnico-raciais. O projeto foi idealizado em razão da percepção de que a obrigatoriedade estabelecida pela lei não vinha sendo efetivamente cumprida pela instituição, nesse sentido, vem se contrapondo à trivialidade de se abordar as temáticas raciais somente no mês de novembro, promovendo diversas ações pedagógicas durante todo o ano letivo. Qual a relevância das discussões sobre as relações étnico-raciais? Qual a contribuição para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira de iniciativas pedagógicas como o projeto Afro JC?

Palavras-chave: Projeto Afro JC; Lei 10.639/03; Educação antirracista; Movimento negro.

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresenta o Projeto Afro JC, desenvolvido há mais de três anos na Escola Estadual Professora Jacinta Maria Rodrigues de Carvalho Gonçalves e incorporado ao calendário escolar da instituição. O projeto constitui uma importante estratégia pedagógica para a efetivação da Lei nº 10.639/03, promovendo o ensino da História e da Cultura Afro-brasileira, fortalecendo práticas educativas voltadas para a valorização da diversidade étnico-racial.

Para tanto, inicia-se com a reflexão de que a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, em sua apresentação, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e

¹ Acadêmica do Curso de Pós Graduação *Latu Senso* em Educação Intercultural na Amazônia.

² Acadêmica do Curso de Pós Graduação *Latu Senso* em Educação Intercultural na Amazônia.

³ Professora Orientadora Ma. Alciléa Maria Ferreira Rocha. Email.: alcilea.ferreira@unifap.br

Africana, destaca que o Brasil Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afrodescendente brasileira até hoje.

Segundo Mattos (2012, p. 186): “O ideal da evolução étnica brasileira seria a pureza da raça branca. Por isso, concomitantemente à eliminação do negro, a imigração europeia foi incentivada com o intuito de promover o branqueamento da população.” Faz-se referência a este fato, o livro *Legislação da Instrução Pública do Rio de Janeiro 1835-1875 Brevemente Comentada*, de Marco Aurélio Corrêa Martins, destacando a Lei nº 81, de 02 de janeiro de 1837, onde instituiu o regulamento da Instrução Primária na Província do Rio de Janeiro, como também nesta mesma lei afirma no capítulo I, artigo 3º, que: “São proibidas de frequentarem as Escolas Públicas: 1º. Pessoas que padecerem de moléstias contagiosas, 2º. Os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos”. Martins (2025, p. 43).

Moura (1988, p. 96), em relação à herança que estas primeiras leis refletem neste tempo histórico, diz: “Desta forma barravam-se as possibilidades educacionais do negro da mesma forma que se impedia o ingresso de leprosos, tuberculosos ou portadores de outras doenças do gênero.” Essa crítica evidencia a herança do período escravista, no qual o Estado e as elites atuavam para restringir o acesso à educação e manter a população negra em posição de marginalização.

Diante destas breves reflexões históricas, ressalta-se a necessidade e a importância das resistências e das lutas do Movimento Negro para a educação que, no decorrer dos anos foi se organizando e obteve significativas conquistas para a população negra no Brasil.

E, nesta contemporaneidade pode-se citar alguns avanços, como a Lei de Cotas nº 12.711/2012 e a Lei 10.639/2003, esta última, representando um marco significativo para a educação brasileira ao instituir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio, como políticas públicas de reparação e promoção de uma educação antirracista.

O Projeto AFRO JC nasceu como fruto da aspiração de um professor de História que se viu indignado por não perceber a aplicabilidade da Lei 10.639/03 em sua escola, e diante disso, formatou o projeto em planejamento e o apresentou à direção e coordenação de sua escola, que acolheram a proposta.

Neste ano de 2026, o Projeto completa quatro anos, possibilitando múltiplos diálogos e vivências da Comunidade Estudantil, envolvendo formação de professores, ações comunitárias em parceria com a Secretaria de Saúde, para o diálogo mais aproximado com as famílias e o envolvimento dos estudantes em todas as ações estudantis e representações culturais. E todo esse movimento tem impactado de forma assertiva tanto os professores, quanto os estudantes.

Com foco neste Projeto indaga-se: Quais as contribuições para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira de iniciativas pedagógicas como o projeto Afro JC? Bem como, objetiva-se investigar o processo de construção, implementação e desenvolvimento desta prática pedagógica, para além do que está posto acima. Na pesquisa surgiram as limitações e a possibilidade de expansão.

Para o desenvolvimento deste trabalho será apresentado em sua primeira sessão as contribuições do Movimento Negro para a Educação Brasileira. E para tanto, apresenta-se uma contextualização sobre o Movimento Negro compreendendo lutas e resistências e a lei 10.639/2003.

Para a metodologia utilizou-se a Pesquisa de Campo com as técnicas da aplicação de entrevistas com a coordenação, professora do componente curricular Ciências e alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, por meio de dispositivo celular com captação de áudio.

Para a coleta de dados do Professor Manoel Orivaldo, idealizador do projeto, utilizamos o questionário, onde o professor atendeu à solicitação, respondendo à todas as perguntas. A visita *in lócus* nos permitiu conhecer o espaço onde o projeto é desenvolvido, tendo em vista que o projeto é o objeto de estudo desta pesquisa, destacando a Lei 10.639/03 como categoria de análise.

Acredita-se na relevância deste trabalho, pautado em três pilares: o **social**, e aqui citamos a obra de Nilma Lino Gomes – O Movimento Negro Educador, onde a autora destaca que as reivindicações históricas do Movimento Negro contribuíram para a ampliação de espaços de participação, reconhecimento e afirmação da identidade negra no Brasil, GOMES (2019, p. 19); o **educacional**, ainda enfatizando Gomes(2019): a educação constitui o campo central das reflexões, por se tratar de um direito social historicamente conquistado por meio das lutas dos grupos socialmente marginalizados no Brasil, GOMES (2019, p. 21) ; e **acadêmico**, neste caso, evidenciamos aqui a abordagem do Projeto AFRO JC , no artigo, como dispositivo de promoção

da Lei 10.639/03, buscando compreender os desafios enfrentados pelos docentes da Escola Jacinta Carvalho, as práticas exitosas, as lacunas, a postura da gestão e coordenação quanto ao apoio à inclusão do projeto na instituição, como também, analisar o reflexo dessa prática no processo de aprendizagem dos discentes. Logo, podemos considerar que a construção deste artigo poderá contribuir para a construção de futuros artigos. Assim, justifica-se a argumentação do último pilar.

Nas considerações finais apresenta-se as contribuições e ressalvas sobre a importância deste projeto para a transformação social, política e humana para estudantes e comunidade escolar, reverberando na sociedade amapaense e amazônica.

1. O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação ocupa um papel fundamental na trajetória da população negra, razão pela qual sempre esteve entre as principais pautas de reivindicação do Movimento Negro. Em contraposição à ideia equivocada de que a população negra demonstra desinteresse pelos estudos, observa-se que o racismo constitui uma realidade presente no cotidiano escolar, manifestando-se de diferentes formas e influenciando as experiências educacionais de estudantes negros. (SANTOS, 2010, p. 107).

Ao trazer a questão racial para o debate político e social, o Movimento Negro evidencia que a raça é uma construção histórica e social produzida no âmbito das relações de poder. Dessa forma, contribui para desconstruir estereótipos, preconceitos e concepções naturalizadas que, por muito tempo, atribuíram significados negativos à população negra, à sua história, cultura, saberes e práticas sociais. Além disso, contesta a ideia de inferioridade racial difundida pelo racismo, promovendo uma compreensão positiva da identidade negra e questionando a noção de democracia racial que historicamente mascarou as desigualdades étnico-raciais existentes na sociedade brasileira. (GOMES, 2019, p. 19).

Segundo Poliakov (1974, p.111):

Certo é que estes temas e estes juízos, debatidos nos salões cosmopolitas do século XVIII, tinham começado a germinar na Península Ibérica, onde foram igualmente forjados e onde se difundiram as grandes palavras-chave como “mestiço”, “mulato”, “negro”, “índio”, “casta”, e também, com toda probabilidade, o termo “raça”.

Este autor enfatiza que o conceito de raça não surgiu a partir de fundamentos biológicos, mas foi historicamente construído como um mecanismo de natureza religiosa e política utilizado para justificar processos de discriminação e perseguição.

Ao examinar o processo de elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 4.024/61), Dias (2005 *apud* Gomes, 2019, p. 24) destaca que a questão racial esteve presente nos debates que antecederam sua aprovação. De acordo com a autora, referências à temática da raça chegaram a ser incorporadas ao texto legal, ainda que de forma ampla e pouco específica.

Conforme destaca Dias (2005 *apud* Gomes, 2019, p. 24), a instauração do regime militar em 1964 e a posterior promulgação da Lei nº 5.692/71 resultaram no enfraquecimento das discussões sobre a questão racial no âmbito das diretrizes educacionais brasileiras. Somente com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), especialmente após as alterações introduzidas pela Lei nº 10.639/03, que acrescentou os artigos 26-A e 79-B, a temática das relações étnico-raciais voltou a ocupar posição de destaque na legislação educacional.

Ao longo de sua trajetória de luta e resistência, o Movimento Negro obteve diversas conquistas. Gomes (2019) cita algumas, dentre as quais destaca-se: A imprensa negra - O Teatro Experimental do Negro -TEN; A criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR – com destaque para as ações afirmativas com o acesso às universidades pela Lei de Cotas; a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN.

Santos (2010) também destaca alguns avanços do Movimento Negro como a Convenção Nacional do Negro, presidida por Abdias do Nascimento, onde reivindicava-se uma legislação antidiscriminatória; o GTPLUN – Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais Universitários Negros, com destaque para a primeira negra a estudar na Faculdade Paulista de medicina, a médica Iracema de Almeida; o Movimento Negro Unificado – fundado em 1978 e a Frente Negra Brasileira – fundado em 1931, foi o primeiro partido político negro do Brasil.

Todos estes autores afirmam e fortalecem a importância e o papel do Movimento Negro para os avanços, discussões, reparações e a luta constante pela diminuição do racismo estrutural e a busca pela igualdade de direitos e de oportunidades.

2.1 O surgimento da Lei 10.639/2003: divisor de águas das lutas pela Educação.

Foi no início do século XXI que uma das principais reivindicações históricas do Movimento Negro, presente desde a década de 1980, alcançou importante reconhecimento no campo educacional. Em 2003, a promulgação da Lei nº 10.639/03 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por meio da inclusão dos artigos 26-A e 79-B, tornando

obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas instituições de ensino públicas e privadas da Educação Básica. (GOMES, 2019, p. 27).

Segundo Souza (2021. p. 7-17):

Essa mudança na legislação educacional é considerada uma das principais ações com potencial para alterar o quadro da desigualdade racial no Brasil. E, a partir dela, ainda que com tímidos avanços em nível nacional, mudanças podem ser vistas em algumas escolas, o que marca a importância de narrar a história do negro de uma perspectiva não eurocêntrica. Contudo, é preciso assinalar que há um longo caminho a ser percorrido para que a Lei 10.639/03 seja implementada, pois é necessário um investimento sistemático em formação docente, reformulações de currículo em diferentes áreas e o enraizamento do debate no cotidiano da vida de todas as pessoas, entre outros aspectos.

A autora estabelece um diálogo com o clássico *A des-educação do negro*, de Carter G. Woodson, ao problematizar a forma como o sistema educacional, ao longo da história, contribuiu para a marginalização da população negra e para a difusão de uma perspectiva que reforça sua inferiorização.

Nota-se que o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, das conexões entre diversidade e desigualdades sociais tem contribuído para a inserção progressiva da dimensão racial nas políticas públicas. Esse processo de ressignificação da questão racial tem se manifestado de forma mais evidente no âmbito educacional, por meio de ações e iniciativas voltadas à promoção da equidade e da valorização da diversidade étnico-racial. (GOMES. 2019, p. 27).

É possível reconhecer que a trajetória de conquistas no âmbito das políticas públicas voltadas às relações étnico-raciais no Brasil está vinculada à atuação histórica do Movimento Negro. Todavia, deve-se destacar que a efetivação dessas legislações nem sempre corresponde à radicalidade das demandas originais, muitas vezes resultando em processos de implementação mais limitados do que as reivindicações que as fundamentaram. (GONÇALVES. SILVA.2000 *apud* GOMES, 2019, p. 27).

2. METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Para a Pesquisa de Campo, utilizou-se as

técnicas da aplicação de entrevistas com a coordenação, professora do componente curricular Ciências e alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, por meio de dispositivo celular com captação de áudio. Para a coleta de dados do Professor Manoel Orivaldo, idealizador do projeto, utilizamos o questionário, onde o professor atendeu à solicitação, respondendo à todas as perguntas. A visita in lócus nos permitiu conhecer o espaço onde o projeto é desenvolvido.

Esta pesquisa volta-se especificamente para a abordagem do Projeto AFRO JC como possibilidade de efetivação da Lei 10.6339/03 na Escola Jacinta Carvalho.

3.1 Lócus de pesquisa: escola Jacinta Carvalho



A Escola Estadual Professora Jacinta Maria Rodrigues de Carvalho Gonçalves, localizada no bairro Vale Verde, no Distrito de Fazendinha - vede foto acima da professora homenageada, foto esta que fica no *hall* de entrada da Escola - foi criada e inaugurada em 2012, ofertando de imediato as etapas de Ensino Fundamental Anos Finais e Educação de Jovens e Adultos - EJA. Posteriormente, em 2015, a Escola passou a ofertar o Ensino Médio.

Presente no calendário escolar da Escola, o projeto AFRO JC surgiu a partir de uma inquietação do professor Manoel Orivaldo Souza da Silva, docente da instituição há 12 anos e responsável pelo componente curricular de História. O projeto foi idealizado em razão da percepção de que a obrigatoriedade estabelecida pela legislação não vinha sendo efetivamente cumprida pela instituição.

A primeira SEMANA AFRO JC, desenvolveu o tema: Senso de Pertencimento da Cultura e Ancestralidade Afro-Brasileira. Vede foto abaixo do banner.



Para o início desta pesquisa, encaminhamentos ofício à instituição, que, de imediato, respondeu positivamente à solicitação. Alinhamos junto à gestão e coordenação escolar, o direcionamento da pesquisa, bem como, o processo de visitação para coleta de dados. O cronograma foi conduzido no período de duas semanas, com a aplicação de entrevistas e questionário. Na primeira semana disponibilizamos o questionário para o professor Manoel Orivaldo, e agendamos as entrevistas com os demais participantes. Na segunda semana, retornamos à escola para recolhimento do questionário e realização das entrevistas.

3.2 Resultados da pesquisa: percepções e compreensões sobre o projeto Afro JC.

Abaixo se apresenta um quadro das entrevistas, registros das falas e observações das autoras desta pesquisa, afim de indicar percepções ao leitor referente as perguntas que foram feitas e as percepções das autoras, bem como, cada professor busca trabalhar a lei 10.639/2003 em suas salas de aula, resultados advindos da influência das formações possibilitadas pelo projeto AFRO JC.

Entrevista do (a)	Projeto Afro JC	Desafios/Experiências exitosas	Falas	Obs.:
Professora da Escola Jacinta Carvalho	- Passou a conhecer o projeto nas reuniões de planejamento. - Compreende os objetivos do projeto. - Reconhece a importância da Lei	- Conseguir desassociar religiosidade e prática docente. - Na perspectiva da transversalidade, destaca-se a genética como ponto de reflexão, sobre o DNA humano – 99% semelhante entre	- “Antes eu pensava que “afro” era algo mais assim sobre “religião.” Como eu sou “evangélica”, eu tinha meio que, uma certa rejeição com a cultura afro.”	- Formação inicial “rasa” e “fraca”. - Ausência de livro didático específico. - Processo de aprendizagem

Componente Ciências	10.639/03 para os estudos das relações étnico-raciais.	os indivíduos. As diferenças perceptíveis são o cabelo, a cor da pele, etc...	- <i>“O código genético humano apresenta elevado grau de semelhança entre os indivíduos.”</i>	contínuo para elaboração de estratégias para a sala de aula.
Coordenadora da escola Jacinta Carvalho.	- Apoio aos docentes e estudantes, para a realização das atividades alusivas ao projeto. - Compreende o projeto como uma metodologia importante para o debate da temática racial. - A Lei contribui para a valorização da diversidade.	- Demover a resistência de alguns docentes em participar do projeto. - Falta de formação continuada, voltada às temáticas raciais. - Participação crescente dos alunos em atividades como: apresentações culturais, oficinas, palestras, etc...	- <i>“Incentivamos a todos a participarem do projeto Afro JC.”</i> - <i>“O projeto funciona com muita boa vontade, do coordenador do projeto, e dos professores.”</i> - <i>“Conscientizamos diariamente os alunos, para que eles transmitam a importância do projeto às suas famílias.”</i>	- A questão ideológica ainda é uma barreira para a prática docente. - O material didático nos dá pouca referência. - Incentivamos a participação da comunidade.
Discentes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio.	- Alguns estudantes não se interessam em participar do projeto. - Estudantes do ensino médio: o projeto influencia a vida dos estudantes. - Estudantes do ensino fundamental: o projeto orienta o respeito às diferenças e o combate ao racismo.	- Compreender a temática racial para superar o racismo, o preconceito e o bullying - Estudar mais sobre a população negra. - Como experiências exitosas os estudantes destacaram a produção de máscaras, palestras, pesquisas, produções artísticas, etc...	- <i>“Ano passado, alguns alunos chamaram outros de “macaco”, se a gente levar em consideração, não tem ofensa, porque macaco é um animal. Só que, a pessoa que é negra, os outros xingam para atacar, para que a pessoa se sinta inferior às pessoas “brancas.”</i> - <i>“O projeto traz uma visão pra que a gente se ponha no lugar de uma pessoa negra sofrendo racismo.”</i>	- Falta de material didático específico para a realização das atividades. - Percebe-se que, após o projeto, o comportamento dos estudantes mudou em relação ao racismo.

Faz-se nesse momento a reflexão crítica em relação ao Racismo Estrutural através da perspectiva de Silvio de Almeida, reforçando a declaração da docente de Ciências sobre genética, na tabela acima.

Ainda que hoje seja quase um lugar – comum a afirmação de que a antropologia surgida no início do século XX e a biologia – especialmente a partir do sequenciamento do genoma – tenham há muito demonstrado que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários. (ALMEIDA, 2019, p. 22).

Em sua obra Racismo Estrutural o autor defende que o preconceito racial constitui uma prática estruturalmente naturalizada na sociedade, estando enraizado nas bases política, jurídica, econômica e social do país.

Dando segmento à coleta de dados, optou-se por apresentar os resultados do questionário, aplicado ao professor Manoel Orivaldo, em formato textual, considerando que as informações correspondem às falas do idealizador do PROJETO AFRO JC, e esta escolha possibilita que suas concepções, motivações e experiências sejam compreendidas em sua complexidade, contribuindo para uma análise mais consistente do projeto.

O projeto é fruto da aspiração do professor, movido pela indignação por não perceber a aplicabilidade da Lei 10.639 em sua escola. Evidencia-se o comportamento inadequado de alguns estudantes, a resistência de alguns docentes em trabalhar as temáticas raciais em suas aulas, e a coordenação e direção não assegurarem a inserção da temática de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo e nas práticas pedagógicas da instituição.

O docente é responsável pelo componente História e atua há mais de doze anos na Escola Jacinta Carvalho. Graduado em Licenciatura em História, é Especialista em Ensino da Religião e Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial, pela UNIAFRO. Estes estudos subsidiaram o entendimento da legislação, como também, a ampliação das ações dentro da educação antirracista.

Ao ser questionado sobre a sua formação inicial, no que se refere à educação para as relações étnico-raciais, o professor destacou que, basicamente a formação não possui um lastro estrutural adequado que possibilite o desenvolvimento de um projeto voltado para a temática racial dentro de uma escola. A formação acadêmica raramente prepara o docente com um

arcabouço teórico que possibilite a implantação de um projeto com base na magnitude da Lei 10.639/03.

- *“Nota-se uma pulverização nas escolas, de professores adeptos do catolicismo ou evangelismo, e a cultura afro-brasileira contrapõe-se à questão do cristianismo.” Então, se os professores têm a sua religiosidade no catolicismo ou na questão evangélica, eles encontrarão dificuldades por que eles irão se deparar com a religião de matriz africana, com o candomblé, com as divindades, e, muitas vezes, não irão trabalhar essas temáticas porque, como pontua Clóvis Moura, a religião de matriz africana foi demonizada no decorrer da história brasileira, então, essa demonização ainda não foi eliminada, ela ainda continua.”*

Clóvis Moura é um dos teóricos que o docente utiliza para a sua fundamentação, onde, na obra *A Sociologia do Negro Brasileiro* (grifo nosso) o autor faz uma abordagem profunda sobre a substituição da cultura do africano pela cultura europeia, e a religião baseada na cristandade, no catolicismo, surgindo então, o sincretismo religioso.

- *“Então, esses gargalos do passado, do Brasil colônia, da questão do branqueamento, da substituição do negro, quando o negro foi liberto, trouxeram europeus para cá, porque o Estado fez a política do branqueamento para tirar de dentro da sociedade a questão do negro e do indígena, ainda estão presentes dentro da sociedade brasileira.”.*

Em vista disso, o docente destacou a importância das formações continuadas, a fim de promover uma transformação no modo como a cultura afro-brasileira é compreendida, possibilitando aos professores o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais conscientes, críticas e comprometidas com a educação antirracista.



Palestras ministradas no Projeto Afro JC, por Laura do marabaixo – Fundação Marabaixo (esquerda), e acadêmica de especialização em Educação Intercultural – CEEIA – UNIFAP Campus Santana (direita). Vede foto acima.

No primeiro ano do projeto, os docentes elaboraram as atividades centralizadas no objeto de conhecimento, fundamentado no Referencial Curricular Amapaense – RCA. Todo o material produzido foi exposto na PRIMEIRA SEMANA AFRO JC, que ocorreu em novembro, especificamente na SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA.

- “Essa abordagem não provocou a mudança esperada quanto ao comportamento dos alunos, que seguiam manifestando ofensas racistas, como também, não anulou o fato de que alguns professores ainda resistiam em participar do projeto.”

Diante disso, o docente sentiu-se desafiado a promover uma intervenção que gerasse reflexões críticas acerca das questões étnico-raciais e contribuísse para a construção de atitudes pautadas no respeito à diversidade e no combate ao racismo no ambiente escolar.

Quanto às atividades desenvolvidas pelo projeto, soma-se a isto a participação de palestrantes, oficinas de batuque de marabaixo, pesquisas, rodas de conversa, exposição de plantas medicinais, produções artísticas, desenhos, desfile de moda, oficinas de tranças, venda de iguarias da culinária afro-brasileira, equipe médica disponibilizada pela Secretaria de Saúde, visando o atendimento à população do entorno da escola. Os próprios estudantes convidam as suas famílias. O convite também é estendido à população, para fortalecer a relação escola e comunidade, como também, é estendido às escolas do Distrito de Fazendinha, visando a interação entre instituições.



Estudantes no Dia da Culminância do Projeto. À esquerda, estudantes declamando um poema sobre uma personalidade negra, à direita, pintura corporal afro-brasileira. Vede foto acima.

No que diz respeito à legislação, o professor considera o estudo e a compreensão da lei como base inicial, visando atenuar as dificuldades enfrentadas pelos docentes quanto à elaboração de estratégias para a prática docente. Ainda pontua o estudo de muitos autores sobre a questão racial no Brasil e, que, portanto, para além do aprofundamento do conteúdo, é necessário que haja boa vontade da escola para que a lei seja realmente efetivada.

Em relação à receptividade da comunidade estudantil acerca das temáticas raciais, percebe-se a questão sociocultural influenciando diretamente a percepção sobre o projeto, ou seja:

- “valores distorcidos sobre a formação do indivíduo negro, o adjetivando como coisa ruim, e isso está no cerne da sociedade brasileira. Logo, trabalhar o fator racial requer superar desafios, superar as limitações impostas pelo modelo de sociedade, onde o negro teve que sobreviver. O negro foi classificado na evolução humana como segunda categoria. Expressões como: - “olha ele é negro, mas ele é engenheiro, olha ele é negro, mas ele é médico,” foram naturalizadas porque o Estado visava a branquitude nos espaços de poder. Não havia espaço num modelo de sociedade excludente. Então, compreender o papel da escola frente às desigualdades étnico-raciais historicamente construídas na sociedade brasileira é bastante complexo, porque a escola não vai desmistificar essa questão, a escola simplesmente dá segmento no currículo.”

“Quem construiu o currículo? Quem contou a história do negro? Foi o negro? Não! Como o negro está dentro do currículo? No Referencial Curricular Amapaense – RCA - não encontramos algo aprofundado com relação a questão racial. Encontramos resumos, sínteses, porque o comum, ou o natural é você se voltar para aquilo que está no currículo, um currículo feito por pessoas brancas.”

De acordo com o professor, embora avanços significativos já possam ser observados, ainda há um longo caminho a percorrer para que o reconhecimento da população negra como uma das matrizes formadoras da sociedade brasileira seja encarado com naturalidade. Para ele, a valorização das contribuições históricas, sociais e culturais da população negra para a

construção e o desenvolvimento da nação brasileira ainda não ocupa o espaço que deveria no contexto social.

No que se refere, ao impacto educacional e social dentro da abordagem da História e Cultura Afro-brasileira, percebe-se a contribuição significativa que essa abordagem provoca na desmistificação de tudo o que foi construído ao longo dos séculos acerca das pautas raciais. Isto é, o impacto desse estudo promove nos educandos a construção do pensamento sobre a *ancestralidade*, sobre a conscientização de seu *senso de pertencimento*, de sua *cor*, de sua *raça*, de sua *identidade*.

Questionado sobre o material didático disponibilizado para o estudo da temática racial, o professor destaca, que a abordagem do livro conseguiu avanços consideráveis, no entanto, não se encontra no acervo da biblioteca da escola obras da Conceição Evaristo, por exemplo.

- *“Ainda se encontra material apresentando a figura do negro amarrado ao pelourinho, sendo açoitado pelo capitão do mato. Um estudante negro não vai se identificar com a respectiva imagem, porque, a partir do momento que esse estudante passa a ter contato com os estudos da temática racial dentro da História e Cultura Afro-brasileira, essa relação não fará sentido.*

Nesse sentido, ressalta o docente, quando a educação escolar contribui para que os estudantes interpretem como a sociedade foi construída, como os espaços foram divididos, e quais foram os espaços reservados aos negros, então, essa educação cumpriu os seus objetivos.

Finalizando o questionário, perguntamos ao professor como o PROJETO AFRO JC tem possibilitado à escola superar o racismo, o preconceito e a discriminação sobre a população negra, e quais foram as limitações e os avanços identificados após a sua inserção no calendário escolar.

O docente concebe a escola como um espaço de grande relevância social, caracterizado pelo dinamismo e pela convivência entre indivíduos com diferentes perspectivas e experiências. Ela deve promover uma educação pautada no respeito à diversidade cultural e no enfrentamento ao racismo.



Primeira Semana AFRO JC – Professor Manoel Orivaldo. Vede foto acima.

Em sua avaliação, os avanços nessa área e a superação dos desafios ainda existentes dependem do compromisso efetivo da escola com as questões étnico-raciais, bem como de sua adesão aos princípios da diversidade, da equidade e do combate à discriminação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a Lei nº 10.639/03 prevê o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas brasileiras, faz-se necessário que as escolas modifiquem sua postura, deixando de restringir o debate sobre as questões raciais a datas comemorativas específicas. As discussões sobre as relações étnico-raciais são essenciais, diante da necessidade de promoção do reconhecimento da diversidade cultural e do enfrentamento das práticas discriminatórias.

Iniciativas pedagógicas como o Projeto Afro JC, tem desempenhado um papel relevante na condução de uma educação antirracista, contribuindo significativamente para a formação crítica dos estudantes e para a valorização da diversidade cultural no ambiente escolar. As ações desenvolvidas pelo projeto possibilitam reflexões sobre identidade, pertencimento, respeito às diferenças e enfrentamento ao racismo, favorecendo a construção de uma comunidade estudantil mais consciente e comprometida com os princípios da equidade e da inclusão.

A oportunidade de escrever este artigo sobre o projeto AFRO JC, da Escola Jacinta Carvalho, nos mostrou que iniciativas educativas como esta possuem potencial para transformar práticas pedagógicas, fortalecer o respeito à diversidade e colaborar para a construção de uma educação mais democrática, inclusiva e socialmente comprometida, de forma contínua e

contextualizada, ampliando a compreensão da legislação não apenas como uma exigência legal, mas, como um instrumento fundamental para a valorização das contribuições da população negra na formação da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo: Pólen, 2019

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e **Diversidade. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** BRASÍLIA: Ministério da Educação, 2004.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

MARTINS, Marco Aurélio Corrêa. **Legislação da Instrução pública na província do Rio de Janeiro (1835-1875) brevemente comentada.** São Carlos: Pedro e João Editores, 2025. 500 p.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira/** Regiane Augusto de Mattos. – 2ª. Ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2021.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo: Editora Ática, 1988.

POLIAKOV, Léon. **O mito ariano: Ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos.** Tradução de Luiz João Gaio, São Paulo: Perspectiva; Editora da Universidade de São Paulo, 1974. 329 p. (Coleção Estudos, 34).

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **O movimento negro e o Estado (1983-1987): o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2007 (ou 2.ª ed., 2010).

WOODSON, Carter Godwin. **A des-educação do negro/** Carter Godwin Woodson; tradução de Carlos Alberto Medeiros; introdução de Ana Lucia Silva Souza. - 1ª ed.- São Paulo: Penguin- Companhia das letras, 2021.